

# PERCEPÇÕES DE FAMILIARES EM RELAÇÃO AO PROCESSO DE INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Andréia Marques Souza Rodrigues; Thelma Helena Costa Chahini

*Universidade Federal do Maranhão – andreiasousa105@hotmail.com; thelmachahini@hotmail.com*

## Resumo:

O presente estudo teve por objetivo geral investigar quais as percepções dos familiares de crianças com deficiência em relação ao processo de inclusão na Educação Infantil. Desenvolveu-se uma pesquisa exploratória, descritiva em quatro instituições públicas municipais de Educação Infantil de São Luís/MA, com 05 familiares de crianças com deficiência, com idades entre 18 a 46 anos. Dentre esses, três mães, uma irmã, e um pai, responsáveis pelas referidas crianças. O critério de inclusão dos participantes foi ser familiar de criança com deficiência que frequentava instituição pública municipal de Educação Infantil, bem como por acessibilidade. Os dados foram coletados dentro das instituições de educação infantil, em salas cedidas para esse fim, por meio de entrevistas semiestruturadas e por observação não participante. Os resultados identificam presença de barreiras atitudinais em relação à operacionalização da inclusão de crianças com deficiência na Educação Infantil, bem como carência de profissionais qualificados na área da Educação Especial. Não foi identificado nenhum trabalho, sendo operacionalizado, de esclarecimento, orientação e acompanhamento familiar em relação às referidas crianças. Os familiares consideram a Educação importante e necessária, mas que ainda falta muito para que o ideal de inclusão se torne real. Os dados sinalizam que as conquistas na área têm sido por meio de muita luta individual. Ressalta-se que os direitos adquiridos pelas pessoas com deficiência devem ser viabilizados de forma efetiva e com qualidade, na Educação Infantil.

**Palavras-chave:** Crianças com deficiência. Inclusão. Percepções de familiares.

## Introdução

A família e/ou familiares de crianças com deficiência têm que garantir a educação informal e formal de suas crianças e passam pelo mesmo processo de dúvidas e incertezas causados pelo sistema educacional, principalmente quando se trata de uma rede pública municipal, pois buscam uma educação que lhes dê direito à igualdade de oportunidades, considerando suas características individuais (CARVALHO, 2004).

No contexto, visando assegurar e promover o exercício da cidadania e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, é promulgada a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015). Mas, apesar das inúmeras conquistas, principalmente no que se refere a inclusão na Educação Infantil, ainda há muitos

entraves para que essas conquistas, adquiridas legalmente, tornem-se realidade.

Assim, para que a educação inclusiva, seja de fato uma realidade nas Instituições de Educação Infantil, é preciso um esforço conjunto de familiares e profissionais da área, visando a promoção de uma educação de boa qualidade, pois de acordo com a Declaração de Salamanca, é preciso propor uma parceria colaborativa entre administradores escolares, professores e pais no intuito de supervisionar e dar um suporte à aprendizagem das crianças (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1994).

Diante do exposto, questionou-se: quais as percepções dos familiares de crianças com deficiência em relação ao processo de inclusão na Educação Infantil? Para dar conta de responder ao problema elencou-se como objetivo geral investigar quais as percepções dos familiares de crianças com deficiência em relação ao processo de inclusão na Educação Infantil.

Os objetivos específicos compreenderam: identificar crianças com deficiência nas instituições públicas municipais de Educação Infantil de São Luís/MA; Identificar os familiares das crianças com deficiência que se encontravam inseridas nas instituições pesquisadas; Conhecer as percepções dos familiares das referidas crianças em relação ao processo de inclusão, delas, na Educação Infantil; Descrever possíveis sugestões dos participantes em relação ao processo de inclusão de crianças com deficiência na Educação Infantil Maranhense.

## **Metodologia**

Realizou-se uma pesquisa exploratória, descritiva em quatro Instituições públicas municipais de Educação Infantil de São Luís/MA, com 05 familiares de crianças com deficiência, com idades entre 18 a 46 anos. Dentre esses, três mães, uma irmã, e um pai, responsáveis pelas referidas crianças. O critério de inclusão dos participantes foi ser familiar de crianças com deficiência que frequentavam instituições públicas municipais de Educação Infantil, bem como aceitarem participar da pesquisa. Os dados foram coletados dentro das instituições de educação infantil, em salas cedidas para esse fim, por meio de entrevistas semiestruturadas e por observação não participante. Todos os responsáveis pelas crianças assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), autorizando a realização da pesquisa.

## Resultados e Discussões

A seguir são apresentados os resultados obtidos por meio das entrevistas semiestruturadas e pelas observações, seguidos das análises e discussões realizadas.

Em relação ao questionamento sobre qual a deficiência que a criança possuía, bem como a idade e o sexo, os dados sinalizam que, quatro são autistas e uma possui deficiência física, sendo todas pertencentes ao sexo masculino, com idades entre 4 e 5 anos, três encontravam-se frequentando o Infantil II e duas, o Infantil I.

No contexto, percebe-se que o número de crianças com autismo é significativo, pois a maioria das crianças, dos familiares entrevistados, são autistas. Verificou-se, também, um número crescente de matrículas de crianças com deficiência, na Educação Infantil, reflexo de as políticas de inclusão apesar das Instituições ainda serem bastante carentes em vagas e opções de atendimento ao referido público.

Diante dos fatos, se faz importante citar a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva ao sinalizar à importância de a criança com deficiência ter acesso o mais cedo possível aos espaços da educação infantil, enfatizando-se que o acesso à educação tem início na educação infantil, na qual se desenvolvem as bases necessárias para a construção do conhecimento e desenvolvimento global das crianças sem e/ou com necessidades específicas (BRASIL, 2008).

Quando se indagou sobre o que podiam dizer sobre Educação Inclusiva, crianças com deficiência e sobre a inclusão dessas na Educação Infantil, 100% relataram que precisavam entender um pouco mais sobre o assunto, mas que a Inclusão na Educação Infantil é muito importante e necessária para o desenvolvimento global das referidas crianças.

Assim, os familiares enfatizaram que a Educação Inclusiva permite que as crianças convivam e aprendam juntas apesar das diferenças. E que mesmo com inúmeras discussões, no âmbito educacional e social sobre o tema, os referidos participantes ainda carecem de maiores conhecimentos e/ou de esclarecimentos sobre questões que envolvem o desenvolvimento, a aprendizagem, as especificidades e os direitos das crianças com necessidades específicas, nas instituições educativas, visto possuírem, na maioria, apenas conhecimentos superficiais derivados de orientações médicas, sobre o assunto. Nesse contexto, Laplane (2004), informa que, a educação é um reflexo das contradições existentes na sociedade e só será possível uma sociedade que proporcione a inclusão se isso acontecer em todos os âmbitos da vida social.

Ainda sobre o assunto abordado, os familiares das crianças com deficiência consideram de suma importância que suas crianças estejam inseridas na Educação Infantil, devido os ganhos ao desenvolvimento global delas, assim como pelas interações e/ou socializações entre as crianças sem e com deficiência.

Dessa maneira percebe-se a relevância da inclusão de crianças com deficiência na Educação Infantil, à eliminação e/ou minimização dos estigmas em relação a convivência entre crianças sem e com deficiência.

Quando questionados se tinham conhecimentos sobre a existência de outras crianças com deficiência inseridas nas instituições de Educação Infantil, 90% dos participantes responderam que sim, revelando, com isso, um número crescente de matrículas de crianças com deficiência na Educação Infantil, apesar desse quantitativo ainda ser aquém do esperado. Assim como mudanças de atitudes em relação aos direitos das referidas crianças, que outrora, não tinham, sequer, o direito à própria vida.

Como ressaltado por Kassir (2004, p. 65), “a educação hoje é um direito do homem, construção e conquista humana, e deve levar à efetivação de uma vida com qualidade para todas as pessoas”. Assim, crianças sem e/ou com deficiência são apenas crianças, possuindo as mesmas necessidades de brincar, se expressar, experimentar, interagir, e conhecer o mundo por meio das vivências. E conforme enfatizado por Rocha (2002), as crianças com deficiência, inseridas na Educação Infantil ao invés de trancadas em suas casas, terão possibilidade de terem seus direitos, operacionalizados.

Em relação ao processo de inserção das crianças com deficiência, na Educação Infantil, os relatos sinalizam presença de muita luta individual para que os direitos das referidas crianças sejam garantidos, e essas possam estar nas instituições educacionais e interagir com as demais crianças sem deficiência. E nessa busca, a falta de vagas é a principal queixa dos familiares, que muitas vezes têm que ir para escolas distantes de suas residências. Assim, se faz importante lembrar que de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI), as vagas em creches e pré-escolas devem ser oferecidas próximas às residências das crianças (BRASIL, 2010).

Percebe-se, nesse sentido, que os familiares das crianças buscam por fazer valer o que prega a Constituição Federal, no Cap. VII, Art. 227, que é dever da família assegurar a criança o direito à educação (BRASIL, 1988), bem como pelas DCNEI, ao enfatizarem que a criança é um sujeito histórico de direitos que, nas interações, relações e

práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva (BRASIL, 2010).

Ao serem questionados sobre quais atividades eram desenvolvidas com seu familiar na instituição de Educação Infantil, onde e como essas atividades eram desenvolvidas, quais profissionais estavam envolvidos e quais recursos eram utilizados. Os participantes informam que os espaços de aprendizagem são sempre as salas de aula em que o único profissional é a professora, e que não há variedade de recursos sendo utilizados com as crianças. Diante do exposto, Mantoan, Prieto e Arantes (2006) enfatizam que as instituições escolares com a reprodução de modelos tradicionais não conseguem contrapor ao desafio da inclusão e do acolhimento às diferenças.

Sobre o assunto, incluir é considerar a pessoa e suas singularidades, não apenas inseri-la nos espaços destinados à sua educação, a essa deverá ser dado a oportunidade de experiências novas, ser assegurado não apenas o acesso e permanência, mas uma educação de boa qualidade, com adoção de novas práticas em de sala de aula, com recursos e estratégias que possam explorar a capacidade de aprender de cada criança, considerando a diversidade, visto que as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil enfatizam a importância da garantia da acessibilidade, materiais, objetos, brinquedos e instruções para crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação (BRASIL, 2010).

Assim, observa-se a necessidade de adequação/adaptação do ambiente educacional às condições em que as crianças desfrutam da plenitude de todos os seus direitos.

Quando indagados se achavam que os profissionais que trabalham na Educação Infantil estavam preparados para a inclusão das crianças com deficiência, 50% participantes disseram que sim e 50% responderam que não. Os dados sinalizam alguns aspectos relevantes, como à qualificação do docente da Educação Infantil, bem como à necessidade de uma formação continuada, principalmente na área da *Educação Especial*. Essa tem sido uma necessidade constante, pois para que a inclusão real aconteça muitos aspectos devem ser considerados e a formação continua do professor faz parte desse contexto.

Saber lidar com as diferenças é de fundamental importância, pensar e proporcionar diferentes possibilidades também, mas só um docente consciente da sua função social dará conta disso, para tanto deverá refletir sobre sua práxis constantemente e estar sempre em busca de aprimorar seus conhecimentos, pois de acordo com Mittler (2003, p. 170), “as habilidades pedagógicas exigidas para a inclusão não são nem mais nem menos do que aquelas exigidas em qualquer escola de qualidade”.

Sendo assim, os desafios são inúmeros e todos os professores deverão se conscientizar em relação ao processo da inclusão de crianças com necessidades específicas e/ou diferenciadas em relação as demais crianças. É essencial que o professor da Educação Infantil possua conhecimentos sólidos sobre as deficiências e suas especificidades, esses precisam ir em busca de ressignificar seu fazer pedagógico, considerando a diversidade de seu alunado. Convém ressaltar que um dos objetivos da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, é a garantia da formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar (BRASIL, 2008). Para Oliveira (2014), tal objetivo nos leva a refletir sobre a necessidade, também, de que sejam dadas melhores condições de trabalho aos professores, pois para que se possa pensar em uma escola inclusiva é preciso enfrentar a crise no sistema educacional brasileiro. Não estamos falando apenas das crianças com deficiência, mas de todas e a reestruturação da educação garantirá o direito de ser criança e ter seus direitos respeitados.

Sobre a criança com deficiência receber atendimento educacional especializado (AEE) nas salas de recursos multifuncionais nas instituições pesquisadas. A maioria dos familiares (75%) afirmou que suas crianças frequentavam a sala de recursos e isso demonstra que tanto as famílias quanto as instituições de Educação Infantil, pesquisadas, estão pensando no bem-estar e desenvolvimento das crianças com deficiência, bem como garantindo o direito delas ao AEE, conforme o que é garantido pela Resolução nº4/2009, Art. 2º (BRASIL, 2009).

Pois de acordo com Cantarelli (2013), o referido atendimento proporciona às crianças com deficiência e/ou com necessidades específicas, diferentes alternativas de desenvolvimento e aprendizagem, de acordo com suas necessidades, uma vez que as ações ali definidas devem considerar as especificidades de cada uma.

Ainda sobre a questão, anteriormente abordada, apesar de a maioria das crianças com deficiência estarem frequentando salas de recursos multifuncionais, existe um percentual de 15% que não estão. E isso nos permite enfatizar que o encaminhamento ao atendimento educacional especializado é uma competência da equipe pedagógica da Instituição em que as referidas crianças se encontram inseridas, para tanto os pais e/ou responsáveis devem estar cientes da relevância do AEE ao desenvolvimento global delas. No contexto, foi verificado falta e/ou carência de conhecimentos e esclarecimentos sobre o que de fato é o AEE, seus benefícios e contribuições para o desenvolvimento e aprendizagem das crianças consideradas público alvo da Educação Especial.

Sobre suas opiniões em relação à existência de algum fator que podia facilitar e/ou dificultar o processo de inclusão das crianças com deficiência na Educação Infantil. Os relatos sinalizam à urgência de ampliação de vagas e para a construção de mais instituições de educação infantil, assim como para que haja uma fiscalização do poder público em relação ao cumprimento das garantias das referidas crianças, conquistadas legalmente, como no caso, as já enfatizadas pelo Decreto nº 7.611/11 (BRASIL, 2011).

Percebe-se que para a inclusão na Educação Infantil acontecer, eficazmente, os profissionais e familiares envolvidos, devem agir para além de métodos dedutivos, sendo necessário adquirir conhecimentos específicos sobre as deficiências, o ser criança e o verdadeiro significado de uma educação inclusiva. No contexto, Carvalho (2014, p. 61), ressalta que “não podemos fazer vista grossa a um conjunto de questões muito sérias e que estão aí, a desafiar, relativas à qualidade da educação oferecida”.

Inúmeras são as dificuldades e/ou desafios a serem enfrentados durante o processo de inclusão de crianças consideradas público alvo da Educação Especial, na Educação Infantil. Outro fator, bastante apontado, foi a falta de qualificação dos docentes para trabalhar com as diferentes deficiências, aspecto já abordado anteriormente, assim como à falta e/ou carência de conhecimentos sobre o referido assunto, principalmente quanto às especificidades da deficiência e de como mediar a aprendizagem dessas crianças. Essa, última, tem sido uma inquietação frequente dos familiares, em que relataram que muitas vezes a professora da sala de aula regular, deixa a cargo da professora da sala de recursos toda a responsabilidade pelo processo ensino-aprendizagem das crianças com deficiência, no caso, para aquelas que frequentam as referidas salas. Situação, essa, que prejudica tanto o processo de inclusão quanto de desenvolvimento das crianças com deficiência. Sobre a situação mencionada, Capellini (2011) ressalta que as instituições educacionais brasileiras, que historicamente trabalham de modo padronizado e único, não se encontram estruturadas para enfrentarem o desafio da diversidade.

Quando foram questionados se existia uma interação e/ou comunicação entre eles e os profissionais da Educação Infantil em relação ao processo de inclusão de suas crianças. Os dados demonstram a necessidade, cada vez maior, de se criar mecanismos de interação entre as famílias e/ou familiares de crianças com necessidades específicas e os profissionais das instituições educacionais, pois disso depende, também, a qualidade da educação, além do bem-estar delas. Como sinalizado por Cantarelli (2013), a família deve estar presente no

processo de formação e estar consciente da importância desse para o desenvolvimento de suas crianças.

Nesse sentido, o processo educacional se inicia na família, mas não termina nela. O modo como as relações são desenvolvidas no sistema familiar trará influências para outros, dentre eles, às instituições educacionais formais (BORDIGNON, 2011). É possível perceber que muitos familiares de crianças com deficiência conseguem manter um diálogo com as Instituições, apesar de algumas fragilidades, tal posicionamento é reflexo de como esses percebem a deficiência, não vendo como limitação, mas possibilidade. A Declaração de Salamanca, o qual o Brasil é signatário orienta que os pais devem ser encorajados a participar de forma facilitada nos processos de planejamento e tomada de decisão concernentes à provisão de serviços para necessidades educacionais especiais (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1994). Dessa maneira, é primordial que todos estejam envolvidos para a promoção de uma Educação Infantil Inclusiva e, para tanto, a comunicação é uma das condições indispensáveis.

Ao serem indagados se as instituições públicas municipais de Educação Infantil de São Luís/MA encontravam-se preparadas para incluir crianças com deficiência e/ou com necessidades específicas. Os participantes foram unânimes em responder que não. Os dados sinalizam que a rede municipal de ensino de São Luís/MA ainda encontra muitas dificuldades em proporcionar uma educação inclusiva de qualidade às referidas crianças. No caso específico, não garantia de matrícula, falta e/ou carência de cuidador, dentre outros direitos que não estão sendo assegurados, conforme os relatos dos familiares das crianças.

Verifica-se, mais uma vez, um distanciamento entre o que é assegurado legalmente e sua efetivação, ou seja, a legalidade e legitimidade dos direitos adquiridos não asseguram sua execução. Outro fator percebido foi o de que os familiares anseiam por uma instituição específica para a criança autista, fato esse devido à forma como as referidas instituições vêm conduzindo o processo de inclusão, que no caso, trata-se, na maioria das vezes, da integração, isto é, espera-se uma adequação por parte das referidas crianças e não das instituições educacionais, juntamente com seus profissionais.

Para Carvalho (2014, p. 89), “evidencia-se, portanto, a importância de reexaminarmos os valores que as instituições educacionais formais cultuam, dentro de uma perspectiva democrática, ou seja, evidencia-se a relevância de examinar sua intencionalidade educativa”. Sobre a questão, para que alcancemos a escola inclusiva que queremos precisamos rever as práticas e a intencionalidade educativa que



estamos desenvolvendo, pois, os dados revelam que há inúmeros desafios a serem superados pelo sistema educacional municipal de São Luís/MA para que a Educação Inclusiva de fato amplie as possibilidades das crianças com deficiência e/ou com necessidades educacionais específicas. Diante dos fatos, Mantoan (2007, p. 45) esclarece que para que os alunos com e sem deficiência possam exercer o direito à educação em sua plenitude, é indispensável que essa escola aprimore suas práticas, a fim de atender às diferenças.

Nessa perspectiva, há necessidade de mudança das práticas pedagógicas, principalmente as que são realizadas dentro das instituições de Educação Infantil, em que os profissionais que estão diretamente em contato com as crianças adquiram novos saberes e reconheçam a necessidade de mudança das práticas educativas, as quais muitas vezes não garantem as crianças o direito de ser criança.

Como relatado por Barbosa (2009, p. 185-186), “ser professor da educação infantil é inventar-se permanentemente. É ler o mundo – da vida, das teorias, das observações – é construir experiências significativas para acompanhar a inserção dos novos seres humanos no mundo”, assim como pelo Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RECNEI), educar é propiciar elementos que contribuam para o desenvolvimento das capacidades infantis, de relação interpessoal, de se perceber, interagir com o outro tendo como base o respeito, aceitação, afeto e esses fatores contribuem para a formação de crianças felizes e saudáveis que se percebem enquanto sujeitos (BRASIL,1998).

## **Conclusão**

Retornando aos objetivos pretendidos em relação às percepções dos familiares de crianças consideradas público alvo da educação especial em relação ao processo de inclusão na educação infantil. Nota-se que a concepção que esses têm sobre deficiência influencia de forma direta em como essa criança se percebe no mundo, bem como interage com as demais pessoas. No contexto, enfatiza-se o quanto é importante que os familiares dessas crianças, bem como toda a equipe técnico-pedagógica vejam a questão da inclusão como um direito a ser operacionalizado em benefício do desenvolvimento global das referidas crianças.

Nesse sentido, os familiares das crianças com deficiência relataram o quanto as interações das referidas crianças com seus pares, tem refletido positivamente em seus desenvolvimentos, bem como para a aprendizagem delas, visto os

consideráveis progressos a partir de seus ingressos nas instituições de educação infantil.

Ao realizar o mapeamento das instituições de Educação Infantil, públicas municipais que possuíam crianças consideradas público alvo da Educação Especial, em São Luís/MA, foi verificado que, apesar de já ter havido uma ampliação em relação aos anos anteriores, o número de crianças com deficiência que frequentam as Instituições de Educação Infantil, ainda é pequeno, apesar da luta pelo direito de todos a educação, principalmente os das crianças com deficiência e/ou com necessidades específicas.

Quanto à identificação das crianças consideradas público alvo da Educação Especial, nas instituições de Educação Infantil, públicas municipais de São Luís/MA, observou-se um quantitativo elevado de crianças do sexo masculino, além de um número significativo de crianças identificadas como autistas.

Constatou-se, também, que a maioria das matrículas de crianças com deficiência, encontra-se na pré-escola, visto que nas creches, esse quantitativo encontra-se bem reduzido. O que nos instiga a questionar qual seria o motivo da ausência de crianças com deficiência da Educação Infantil, na faixa correspondente do nascimento aos três anos de vida.

Em relação a identificação dos familiares das crianças consideradas público alvo da Educação Especial que se encontravam inseridas nas instituições pesquisadas, verificou-se que, apesar das variáveis nos modelos familiares que existem atualmente, na referida pesquisa, a predominância ainda aparece composta por pai, mãe e filhos. Nessas, a mãe é quem geralmente se responsabiliza em cuidar da educação da criança com deficiência. E, em geral, são donas de casa, não possuindo qualquer tipo de vínculo empregatício, tendo “apenas” que cuidar dos filhos. Com exceção de um dos participantes, que no caso, é o pai, e que aparece como o responsável pela criança.

Mesmo sem demonstrarem possuir maiores conhecimento em relação aos aspectos legais que asseguram o direito à educação de suas crianças, os familiares têm ido em busca desses, justamente por acreditarem nas contribuições que pode trazer para o desenvolvimento das referidas crianças.

Quanto às percepções dos familiares em relação ao processo de inclusão de crianças com deficiência na Educação Infantil, esses, sinalizam à importância da interação entre família e escola, apesar das dificuldades inerentes ao processo, bem como apresentam expectativas em relação à uma educação de qualidade, visando a perspectiva do pleno desenvolvimento das referidas crianças.

Percebeu-se, também, que em determinados momentos, há falta de compreensão por parte dos familiares sobre o processo de inclusão, visto se reportarem aos aspectos da integração, em que as crianças devem se adequar às instituições educativas e não o contrário.

Assim, é de suma importância a escuta cotidiana das famílias, bem como o respeito e a valorização de suas formas de organização, como forma de alcançar a efetivação dos objetivos das propostas pedagógicas das Instituições de Educação Infantil. Desse modo a interação e o diálogo aberto entre professores, gestores, coordenadores e familiares das crianças influenciará diretamente na inserção e permanência da criança com deficiência, nas instituições de educação infantil.

Apesar de os familiares das crianças com deficiência, participantes no estudo, informarem que a maioria de suas crianças frequentavam as salas de recursos multifuncionais, essa realidade não condiz com a de muitas outras crianças com deficiência, pois sabe-se da existência de várias Instituições de Educação Infantil, em que há carência e/ou ausência de salas destinadas ao atendimento educacional especializado.

Foi enfatizado, bastante, pelos participantes, que para que a inclusão na educação Infantil realmente cumpra seus fins, se faz necessário professores qualificados, melhor estruturação das instituições, tanto nos espaços físicos quanto nos aspectos pedagógicos, ampliação de oferta de vagas e salas de recursos multifuncionais, para que as crianças com necessidades específicas tenham seus direitos assegurados. Nesse sentido, os caminhos para se alcançar uma educação inclusiva são diferentes, mas a meta deve ser a mesma para todas as instituições de ensino educativas.

No contexto, ressalta-se que os familiares das crianças com deficiência, clamam por uma reformulação no sistema educacional, no sentido de romper de fato com o processo excludente nas instituições de educação infantil, visto que a maioria dessas instituições não estão dando conta de proporcionar uma educação inclusiva, pelo contrário, excluem até mesmo as crianças sem necessidades educacionais específicas.

## Referências

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. Como a sociologia da infância de William A. Corsaro pode contribuir com as pedagogias das escolas de educação infantil? In: MÜLLER, Fernanda; CARVALHO, Ana Maria Almeida (Org.). **Teoria e prática na pesquisa com crianças: diálogos com William Corsaro**. São Paulo: Cortez, 2009. p. 185-186.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 5 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm)>. Acesso em: 15 set. 2016.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm)> Acesso em: 10 set. 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**: introdução. Brasília, DF, 1998. v. 1. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei\\_vol1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf)>. Acesso em: 15 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\\_09.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <[http://agendaprimeirainfancia.org.br/arquivos/diretrizescurriculares\\_2012.pdf](http://agendaprimeirainfancia.org.br/arquivos/diretrizescurriculares_2012.pdf)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2016.

CANTARELLI, Carina de Souza. Grupo de suporte aos pais e apoio pedagógico da rede de alunos com Necessidades Educacionais na Educação Inclusiva. In: MARQUEZINE, Maria Cristina; TANAKA, Eliza Dieko Oshiro; BUSTO, Rosângela Marques (Orgs.). **Atendimento educacional especializado**. Marília: ABPEE/Marquezine & Manzini, 2013. p. 87-107.

CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho. Infância e inclusão escolar de crianças com necessidades educacionais especiais. In: VICTOR, Sonia Lopes; DRAGO, Rogério; CHICON, José Francisco (Orgs.). **Educação especial e educação inclusiva**: conhecimentos, experiências e formação. São Paulo: Junqueira & Marin Editores, 2011.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva**: com os pingos nos “is”. Porto Alegre: Mediação, 2004.

CARVALHO, Rosita Edler. **Escola inclusiva**: a reorganização do trabalho pedagógico. Porto Alegre: Mediação, 2014.

KASSAR, Monica de Carvalho Magalhães. Matrículas de crianças com Necessidades Educacionais Especiais na rede de ensino regular: do que e de quem se fala? In: GÓES, Maria Cecília Rafael de; LAPLANE, Adriana Lia Frisziman (Orgs.). **Política e práticas na educação inclusiva**. Campinas: Autores Associados, 2004. p. 49-67.

LAPLANE, Adriana Lia Friszman de. Notas para uma análise dos discursos sobre Inclusão Escolar. In: GÓES, Maria Cecília Rafael de; LAPLANE, Adriana Lia Frisziman (Orgs.). **Política e práticas na educação inclusiva**. Campinas: Autores Associados, 2004. p. 5-20.

MANTOAN, Maria Tereza Egler. Educação Inclusiva: orientações pedagógicas. In: FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga; PANTOJA, Luisa de Marillac P.; MANTOAN, Maria Tereza Egler. **Atendimento educacional especializado: aspectos legais e orientações pedagógicas**. Brasília, DF, SEESP/SEED/MEC, 2007.

MANTOAN, Maria Tereza Egler; PRIETO, Rosângela Gavioli; ARANTES, Valéria Amorim (Org.). **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais**. São Paulo: Artmed, 2003.

OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio. Educação inclusiva, educação especial ou educação? In:

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração de Salamanca: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais**. Salamanca, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

ROCHA, Rosanes. Educação especial: onde está a diferença. In: SOUZA, Regina Célia de. **A práxis na formação de educadores infantis**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.